



PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Gabinete da Procuradora-Geral da República

Esclarecimento

Inquérito “Fichas do PS”

Na sequência de notícia hoje vinda a público, e ao abrigo do disposto no art.º 86.º, n.º 13, al. b) do Código de Processo Penal, a Procuradoria-Geral da República esclarece que:

No âmbito de um inquérito, a correr termos no DIAP de Coimbra, relativo à investigação de eventuais falsificações de fichas de militantes inscritos no Partido Socialista (PS), a Polícia Judiciária, órgão de polícia criminal competente, solicitou ao Secretário-Geral do PS, a entrega, a título devolutivo de todas as fichas de militantes inscritos entre 1/6/2011 e 31/12/2011 na federação distrital de Coimbra.

Em finais de julho de 2013, o Secretário Nacional para a Organização do PS enviou uma exposição escrita à Procuradora-Geral da República “no sentido de esclarecer a forma como o acesso e a consulta das fichas em causa dos militantes do Partido Socialista pode ser assegurada na estrita observância das garantias previstas na legislação de protecção de dados pessoais e na legislação processual criminal”.

Este requerimento foi remetido ao Ministério Público competente.

Na sequência do mesmo, o então Diretor do DIAP de Coimbra dirigiu, em 2/10/2013, missiva ao Secretário Nacional para a Organização do Partido Socialista esclarecendo o tipo de crime sob investigação, a natureza procedimental pública desse ilícito e a necessidade de ter acesso aos originais (pois as cópias estavam já no processo) das aludidas fichas de inscrição para realização da pertinente investigação.

Nessa mesma missiva dava-se ainda conta de que se pretendia obter os originais dos referidos documentos através de “procedimento menos invasivo e mais discreto, evitando-se, assim, o recurso imediato a qualquer uma das outras soluções legalmente previstas, designadamente as que preveem os artigos 174º e seguintes do Código de Processo Penal”. Mas não deixou de se alertar para a hipótese de realização de buscas, se tal viesse a revelar-se o único meio de obtenção dos documentos em causa.

E, face ao receio de lesão “das garantias previstas na legislação de protecção de dados pessoais e na legislação processual criminal” manifestado pelo Secretário Nacional para a Organização do Partido Socialista, entendeu o Diretor do DIAP de Coimbra dever esclarecê-

lo de que “foi o inquérito em apreço submetido a segredo de Justiça, determinação que vincula todos quantos tomem contacto com o mesmo, ou com as suas diligências”.

Foi a essa garantia de cumprimento da legalidade, com esse preciso alcance e limite, que o Diretor do DIAP se referiu ao utilizar a palavra “compromisso” no e-mail que em 4/1/2014 dirigiu à Senhora Procuradora-Adjunta titular do inquérito ordenando-lhe a instauração de novo inquérito para investigação de violação do segredo de Justiça. Mensagem essa que, em clara atitude de transparência, tradutora de que nada havia a ocultar ou dissimular, a Procuradora-Adjunta fez juntar ao inquérito 45/14.3TACBR, imediatamente instaurado por violação do segredo de Justiça e arquivado por despacho de 1/5/2014.

Não se atribui qualquer significado especial à data em que foi exarado este despacho de arquivamento e à proximidade da cessação de funções do Dr. Victor Guimarães como Director do DIAP de Coimbra, pois os magistrados do Ministério Público gozam de autonomia na análise e decisão dos inquéritos a seu cargo.

Lisboa, 26 de maio de 2015

O Gabinete de Imprensa